

Semente de Favela:

jornalistas e o espaço urbano da Capital Federal nos primeiros anos da República – o caso do Cabeça de Porco.

Richard Negreiros de Paula¹

Palavras chaves

Imprensa, Habitação Popular, Primeira República.

Resumo

Este artigo pretende tratar da reação da imprensa carioca sobre a demolição do Cabeça de Porco, maior cortiço da época, bem como sobre os primórdios do processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, o Rio de Janeiro no final do século XIX acumulou as funções de grande centro econômico e político do Brasil, emergindo como uma cidade inserida no, até então, restrito conjunto das chamadas “grandes cidades”. Esta condição impôs aos governos a necessidade de intervir no espaço urbano, levando a ordenar as condutas, normalizando as vidas e a sociedade. Assim, a questão urbana surgiu como um problema derivado das transformações econômicas e sociais, a ser, para os homens do Estado, de alguma maneira resolvida.

Diante deste problema, os homens responsáveis em transformar o espaço, o fizeram não só fisicamente, demolindo e reconstruindo, mas também modificando o modo de enxergar e pensar a cidade. Desta maneira, a “cidade desejo”, aquela imaginada pelos homens do governo, empresários, engenheiros, médicos, arquitetos, e todos os outros

¹ Historiador formado pela Universidade Federal Fluminense; foi bolsista no Núcleo de Pesquisas em História Cultural da UFF; autor da monografia intitulada *Semente de Favela: imprensa carioca e moradia popular em fins do XIX – o caso do Cabeça de Porco*, orientada pela Prof^a Dr^a Martha Abreu. Atualmente é o editor-chefe da revista Cantareira – www.historia.uff.br/cantareira.

responsáveis por sua mutação, “realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar”.²

Essa operação realizada sobre o espaço urbano foi apropriada e interpretada pelos diferentes homens que entraram em contato com a cidade. Ou seja, estes novos signos, produzidos pelos que detinham o poder de projetar a cidade, foram inseridos no “vaivém dos sentidos conferidos aos espaços e sociabilidades urbanas atribuídos pelos produtores e consumidores da cidade”³. Entre os leitores da urbe, destaco a ação daqueles que podemos chamar de ‘leitores especiais’, por possuírem a habilidade singular de esquematizar e registrar o que foi lido.

“No tocante a estes ‘espectadores da urbe’, há que distinguir entre o que se poderia chamar de ‘cidadão comum’ ou ‘gente sem importância’, que constitui a massa da população cidadina, e os que poderiam ser designados como ‘leitores especiais da cidade’, representados pelos fotógrafos, poetas, romancistas, cronistas e pintores da cidade. Naturalmente, há uma variação de sensibilidade e educação do olhar entre os dois tipos de consumidores da urbe”.⁴

Desta forma, não nego a capacidade que o cidadão comum possui de ler e interpretar a cidade. Por outro lado, uma vez reconhecidas as diferenças que há entre estes e os reconhecidos como “leitores especiais”, julgo ser as entrelinhas do que os jornalistas leram e traduziram para o papel o campo que acredito como sendo fértil de interpretações sobre o espaço urbano e seus componentes como um todo.

A realização de um estudo sistemático sobre a história da Imprensa no Brasil, no período imediatamente seguinte à proclamação da República, que tenha como foco a cidade do Rio de Janeiro, significa elucidar a história do desenvolvimento de sua sociedade no sistema capitalista, dos embates das ideologias e da produção de opiniões neste espaço social delimitado, tendo em vista suas interconexões com o reordenamento sócio-espacial desta cidade no período.

O primeiro questionamento que podemos levantar refere-se ao poder inerente à imprensa no que condiz à memória. A construção da memória torna-se ainda mais contundente quando se trata da forma de comunicação escrita, uma vez que codifica o

² PESAVENTO, Sandra Jatahay. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 283.

³ Id. 284.

acontecimento do presente para o futuro. Esta talvez seja “a tradicional esfera de ação do historiador, as memórias e outros ‘relatos’ escritos (outro termo relacionado a lembrar, *ricordare* em italiano). Precisamos é claro, no lembrar de que esses relatos não são atos inocentes da memória, mas antes tentativas de convencer, formar a memória de outrem”⁵. Assim, a imprensa exerce seu papel de agente histórico, onde estão registrados discursos e expressões de protagonistas da história que podem ou não vir a causar algum tipo de ação nesta sociedade, como bem explica Pierre Bourdieu “(...) o fato de relatar, *to record*, como *reporter*, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização)”⁶.

Dando prosseguimento à discussão sobre a construção da memória, devemos lembrar que esta pode ser construída de maneiras diversas. Ou seja, já é lugar comum dentro do *métier* dos historiadores, o reconhecimento da existência de instrumentos de transmissão da memória que vão além da forma de comunicação escrita. O espaço também pode vir a ser considerado um lugar de memória. De acordo com Peter Burke⁷, ao se explorar a associação de idéias dentro do *espaço*, este se torna um eficiente meio de construção de memória.

Desta maneira, o principal objetivo deste artigo é analisar as representações elaboradas pela imprensa carioca sobre o espaço urbano do Rio de Janeiro no final do século XIX. Ou seja, qual interpretação – ou quais interpretações - que estes produtores de memória, os jornalistas, elaboraram sobre uma memória já criada? Para facilitar o trabalho, podemos tecer nossas considerações e conclusões sobre o assunto nos apoiando em três grandes jornais do período: o conservador *Jornal do Commercio*; o moderado *Gazeta de Notícias*; e o *Jornal do Brasil*, opositor ao regime republicano⁸.

A idéia de que a Capital Federal necessitava de reformas foi bastante recorrente durante o momento analisado. Este pensamento ocupou as mentes de uma considerável parcela de políticos, médicos, empresários e jornalistas, que visavam transformar a imagem

⁴ I. 287.

⁵ BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 74.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor, 1997, pp28.

⁷ BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

⁸ Para obter maiores detalhes sobre cada jornal, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.

da cidade porta de entrada do país. Assim, questões como higiene pública, moradia popular, transformação do espaço urbano e violência, fizeram parte do *hall* de notícias comuns entre os jornais cariocas no último decênio do XIX. Exemplo disso foi a ampla ‘cobertura’ jornalística dedicada à demolição do maior cortiço que o Rio de Janeiro já teve notícia: o Cabeça de Porco.

No dia 26 de janeiro de 1893, a cidade do Rio de Janeiro assistiu a demolição de seu maior cortiço: o Cabeça de Porco. Este entrou para a história como sendo o marco inicial no processo de transformação do tipo de moradia das camadas populares. À vista disso, pretendo focalizar como tema central deste artigo os discursos sobre a demolição do Cabeça de Porco, veiculados pelos jornais acima delimitados, bem como os temas adjacentes, tais como: salubridade e segurança pública, necessidade de transformação da Capital Federal etc.

É possível compreender melhor a força motora da iniciativa de se derrubar este cortiço, se entendermos o quadro político da cidade na época. Uma vez que a sociedade carioca estava experimentando uma transformação radical no seu sistema político. Recém saídos do Império e ingressando no sistema da República, a idéia da necessidade de substituir o velho (ligado ao regime anterior) pelo novo (de acordo com as novas padronagens republicanas) tornou-se mais forte e incisiva entre os responsáveis em pensar o espaço urbano. Da mesma forma que o discurso médico organizou seu arsenal ideológico em prol de se realizarem mudanças cada vez mais profundas sobre a configuração urbana do Rio de Janeiro. Sobretudo no que condiz à forma de moradia da população pobre, considerada imunda e fonte de miasmas que a todos afetariam.

O Cabeça de Porco foi o símbolo do que deveria ser extirpado do Rio de Janeiro, pois reunia todos os atributos que se chocavam com o ideal de urbanidade imaginada pelos encarregados de “pensar a cidade”. Local de moradia da camada pobre, tido, de certa forma, longe do alcance do controle da República, além de seu ambiente que era possuidor das características consideradas como insalubres pelos higienistas, representou um desafio a ser vencido pelo governo.

Antes de dar prosseguimento a este trabalho, é importante compreendermos, ao menos em termos gerais, os caminhos percorridos pelos jornalistas entre a coleta de informações (dos fatos jornalísticos) até o momento em que transformam estas informações para o formato de texto publicado no jornal.

Para Bourdieu⁹, o ato de codificar, pondo em termos generalizantes, implica em “colocar na devida forma e dar uma forma”, ou seja, moldar algo que ainda não tem forma precisa, e que por sua vez, implica em alguns casos o fato de objetivar. A objetivação, operada pela codificação, introduz a possibilidade de um controle lógico da coerência, de uma formalização. Ela possibilita a instauração de uma normatividade explícita, assim, se dá uma oficialização/legitimação de certas regras, uma legitimação de determinada visão de mundo ou acontecimento social. Conseqüentemente, por ser instauradora de leis sociais, a codificação possibilita um sentido de manutenção de ordem no nível da simbologia, pois cada símbolo corresponderá respectivamente a um, e somente um, significado prático.

A codificação está intimamente ligada à disciplina e à normalização das práticas. Verifica-se ao transportarmos essa definição para o terreno da informação, que o ato de pôr no papel determinado movimento do mundo social, seja esse intelectual ou prático, implica na oficialização e ordenação de idéias que até a pouco se encontravam de forma fluídica dentro da sociedade, assim, é gerada uma determinada face ou interpretação ao objeto enfocado.

Bourdieu completa este raciocínio sobre codificação com as seguintes perspectivas de sua conseqüência: tornar algo público, homologar e formalizar. A primeira perspectiva é explicada pelo fato de que objetivar (conseqüente da codificação) é também tornar algo público, ou seja, à disposição de todos, um autor no verdadeiro sentido é alguém que torna públicas coisas que todo mundo percebia confusamente. Um determinado número de atos torna-se oficial a partir do momento em que são públicos, publicados, assim, no caso da matéria jornalística essa se constitui de uma oficialização de determinada realidade social que obedecerá sempre a determinados condicionantes.

Quando quem escreve, seleciona determinados fatos em detrimento de outros, se vale de uma forma de narrativa, define o lay-out de como o texto será impresso no jornal,

⁹ BOURDIEU, Pierre. A codificação. IN: BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Brasiliense, 1988.

ou quando emprega recursos que sustentem suas idéias – como fotografias, transcrições de depoimentos, etc – está, na verdade, fazendo o jogo dialético de lembrar e esquecer, fazendo com que perdure para a memória escrita a sua codificação do acontecimento presente.

Já homologar, implica em imprimir significado único e comum a um determinado objeto/sujeito, “assegurar que se diz a mesma coisa quando se dizem as mesmas palavras, assim a publicação é uma operação que oficializa, e que, portanto, legaliza, porque implica a divulgação, desvendamento em face de todo, homologação, e o consenso de todos sobre a coisa assim revelada”¹⁰. Portanto, a imprensa objetiva tornar a apreensão da realidade social única e de único significado, produzindo com isso um nivelamento de idéias, que parte dela para a sociedade. Assim, a formalização entra como a confirmação dessa teoria, pois codificar implica na solidificação (em forma de senso comum) e, finalmente, no controle de idéias que se encontravam antes, como referido acima, de maneira fluídica dentro da sociedade.

Todo o desenvolvimento teórico da codificação está dentro do contexto das lutas sociais, pois a partir do momento que algo é codificado, ou seja, oficializado em uma determinada forma e com isso apresentado ao público sem possibilidade de outras apreensões, há latente possibilidade de embates que podem ter por motivo desde a construção da memória de um determinado grupo, até o fato de determinada prática posta como código não ser reconhecida unanimemente.

Bourdieu¹¹ dizia que parte das lutas sociais deve-se justamente ao fato de que nem tudo está homologado e que, se há homologação, ela não põe fim à discussão, à negociação e até mesmo à contestação. Assim, a imprensa também é um espaço de disputa de poder a partir do momento, como referi linhas acima, vai dar forma específica aos conteúdos por ela elaborados e com isso fazer valer determinadas visões de mundo, que estará representando os interesses (seja eles quais forem) de determinado segmento ou grupo social.

Imediatamente após a derrubada do regime imperial e a instauração do sistema republicano, havia no Rio de Janeiro uma imprensa variada e numerosa, composta principalmente por pequenos e efêmeros jornais. No entanto, a situação tendia para a

¹⁰ Id. 103

pequena imprensa ceder seu lugar à grande. Cada vez mais os jornais assumiam o caráter capitalista/mercantil da sociedade onde estavam inseridos. Os jornais que tinham capital suficiente modernizavam-se, modificavam suas artes gráficas, adquiriam máquinas cada vez mais modernas e caras e, pouco a pouco, assumiam o lugar das pequenas prensas.

O objetivo era aumentar a produção, baratear custos e atrair a atenção do leitor. Caso notável, o *Jornal do Brasil* no início do século XX chegou a pôr em circulação 50.000 exemplares, sendo superior a *La Prensa* de Buenos Aires, até então o que possuía maior circulação na América do Sul¹². Esta mudança na produção também vai afetar a relação entre jornal e jornalistas, distribuição do material, anunciantes, governo, e leitores. Desta forma, com o aprimoramento do seu papel de fazer circular suas idéias, podemos ter uma idéia de como foi importante o papel desempenhado pela imprensa no exercício do poder sobre a populosa e heterogênea sociedade do Rio de Janeiro de fins do XIX.

“A imprensa do início do século, havia conquistado o seu lugar, devido a sua função (...), significava muito por si mesma, e refletia, mal ou bem, alterações que, iniciadas nos últimos dois decênios do século XIX, estavam mais ou menos definidas nos primeiros anos do século XX”.¹³

Evoluiu também a forma que se faziam os anúncios. Em meio aos avisos de chegada e partida dos navios, é possível se perceber um maior capricho na elaboração da propaganda. Exemplo disso foi a atuação de autores do nível de Olavo Bilac, que “recebia cem mil réis por uma quadrinha proclamando a qualidade de determinada marca de fósforos”¹⁴. Isto significou um incremento na rendas dos jornais, sendo um dos fatores de crescimento da circulação, da necessidade de se modernizar, contratar mais jornalistas, de fazer com que o jornal abarque um número cada vez maior de leitores.

Robert Darnton¹⁵ expõe que o jornalista desenvolve uma maneira de escrever ancorada na linha editorial do jornal. Mas, além disso, este jornalista desde o momento que ‘escolhe’ uma notícia e lhe dá a forma escrita, está sendo indiretamente influenciado por sua idade, estilo de vida e formação cultural. Ou seja, como bem definiu Bourdieu¹⁶, cada

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. SP: Brasiliense, 1998.

¹² Sodré, 313.

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.

¹⁴ Id. 322.

¹⁵ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor, 1997.

jornalista possuía um “*óculos*” que lhe permite enxergar o acontecimento que será lido e traduzido do mundo intelectual e/ou prático para as páginas do jornal.

Sobre a inserção da opinião do jornalista no seu texto, Renato Ribeiro¹⁷ aponta que se partir “do texto e não do [assim chamado] contexto”, tais documentos seriam convertidos apenas em meros efeitos de um dado contexto, “quando muito são reflexos que exprimem tal ou qual aspecto social”, neste sentido, em vez de pensar o que o texto retrata, ou como ele refrata uma realidade ou problema, pensar o que ele concebe. Em outras palavras, busco descobrir quais foram as opiniões dos jornalistas sobre o Cabeça de Porco, sua demolição e, principalmente sobre seus proprietários e moradores.

O jornalista como leitor da cidade e protagonista da história. É sobre estes dois pilares que organizo meus argumentos sobre a atuação do jornalista e do jornal na demolição do Cabeça de Porco. Esclareço que embora um não exista sem o outro, há um limite que separa e regula a ação do jornalista e do jornal como instituição. Ou seja, como dito linhas acima, as opiniões do jornalista estão atreladas aos limites editoriais impostos pelo jornal, e este, ao jornalista - leia-se como sua competência, ética, formação, etc.

Para tentar compreender de que forma os jornais poderiam ter atuado como agentes na demolição do Cabeça de Porco, recorro ao exercício de fazer um breve levantamento de suas publicações precedentes à derrubada, analisando suas opiniões sobre os temas pertinentes a este estudo, como: salubridade pública, remodelação urbana e o papel à ser exercido pela administração municipal.

Entre janeiro e fevereiro de 1893 o *Jornal do Brasil*, que ainda podia ser considerado como oposição ao governo e ao sistema republicano, elaborou uma série de artigos intitulados: *A Tarefa do Prefeito*. Neles, o jornal desfiou suas convicções sobre como deveria agir o poder municipal na resolução dos problemas que eram enfrentados na cidade. Cabia ao prefeito a ‘missão’ de “corrigir os erros, os desmandos e a indisciplina”¹⁸ que imperavam na administração da cidade.

¹⁷ RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

¹⁸ *Jornal do Brasil* – 22/01/1893.

O JB alerta que o prefeito deveria respeitar a Constituição da República e a lei que organizava o Distrito Federal. Segundo este, cabia ao prefeito o papel de administrador da cidade, entendido como uma pessoa que assume o cargo de gestor do Distrito Federal sem, no entanto, fazer política. Pois ele seria o responsável por “tornar profícua uma administração para que o que seja precisa ver-se desembaraçada das rugas da burocracia do expediente”. Não é novo este tipo de interpretação de como deveria agir um governante, “tal ordem de idéias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação ‘saneadora’ dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889”¹⁹.

Todavia, “a parte principal da tarefa do prefeito e, com ele, de todo o Conselho Municipal, é sem dúvida a questão da habitabilidade”²⁰. Assim expressou o jornalista do JB na primeira linha do *A Tarefa do Prefeito* de 31 de janeiro de 1893. A principal razão de se empreitarem mudanças no que concerne à questão habitacional, segundo o próprio jornalista, está diretamente ligado à necessidade do Brasil conquistar as “simpathias e bemquerenças” do estrangeiro, pois as capitais seriam as “salas de visitas das nações”.

Com o Rio de Janeiro não havia de ser diferente, chegando a ser comparado com Viena, Berlim, Londres, Nova York e, sobretudo, Paris. Afinal, era forte a idéia de que “esta capital pela sua situação, pela sua importância comercial e política podia ser foco de atração para nacionais e estrangeiros”²¹. Obviamente o autor não defendeu a vinda de nacionais e estrangeiros pobres, pois a Capital Federal já estava repleta deles, a cidade deveria assim, melhorar para atrair mais investimentos e riquezas internas e externas.

Quanto à massa pobre que reside na cidade, o autor reconheceu a falta de condições para a digna sobrevivência destas pessoas.

“Não só aos abastados devemos atender, e o bem estar das classes apenas remediadas ou mesmo de todo pobre deve merecer atenção e a solicitude dos poderes municipais. Ora, a essas classes, que formam a enorme maioria da nossa

¹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das letras, 1996, p.35.

²⁰ *Jornal do Brasil*, 31/01/1893

²¹ *Jornal do Brasil*, 31/01/1893

população urbana, principalmente não oferece esta capital as condições de conforto e bem estar relativos que deve aqueles poderes empenhar-se em dar-lhes”²².

A constatação acima, nos abre duas chaves de leitura possíveis. A primeira refere-se ao Estado, que deveria atuar mais decididamente na melhoria das condições da classe pobre para mantê-la inserida no centro urbano. A outra leitura possível nos remete à possibilidade da retirada dessas classes pobres para a periferia da cidade, distante do centro.

Dentro do panteão de reivindicações sugeridas pelo autor – alargamento de ruas, rasgamento de avenidas, serviço eficiente de água e esgoto, dentre outras – existe uma em especial, que nos abre uma pista sobre as chaves de leitura descritas acima. Segundo o mesmo texto “os bondes fazem-nos perder um tempo precioso, perda tanto mais sensível quando servindo aos arrabaldes deviam principalmente ser útil aos que fora da cidade procurassem habitações e qualidade de vida mais barata”. Ou seja, cabia ao poder municipal tornar os subúrbios viáveis à moradia da classe pobre, para assim, assegurar maiores possibilidades de se retirar estes pobres do centro da Capital Federal.

O JB também argumentou que o prefeito iria “encontrar prevenidos e levantados contra si mil interesses feridos pela sua decidida resolução de cortar os abusos que, desde muito, deram triste fama à nossa municipalidade”²³. Dessa forma, podemos crer que dentre os demais interesses feridos, estão os dos donos dos cortiços.

Outro jornal que também deu início a uma campanha por mudanças no planejamento urbano do Rio de Janeiro foi a *Gazeta de Notícias*, que no dia 18 de janeiro de 1893, deu início a uma série denominada “*Melhoramentos da Cidade*”. Tratava-se de colunas publicadas na primeira página, publicadas nos dias 18, 19, 22, 23, e 26 de janeiro de 1893. Todas sem assinatura do autor – exceto a publicada no dia 22 de janeiro, que foi assinada pelo Dr. Sabino Pessoa, representante da City Improvements – e, em geral, eram bem destacadas entre as demais colunas.

Na primeira edição, o autor foi enfático ao afirmar a necessidade do velho ser substituído pelo novo. A cidade com características remanescentes do antigo regime deveria abandonar seu primitivismo e adaptar-se ao novo: a República. “Estas ruas, já que é assim

²² *Jornal do Brasil*, 31/01/1893

²³ *Jornal do Brasil*, 22/01/1893.

que chamam, são ainda as da primitiva, quando esta capital era ainda um burgo colonial, sem sombra sequer da importância colossal e do extraordinário movimento que o tempo lhe deu”²⁴.

O autor incorporou o argumento higienista ao da necessidade de serem substituídas as características da cidade ligada ao regime anterior com a civilidade oferecida pela “cidade desejada” pelos republicanos. Com isso, ele adjetiva as ruas como “repugnantes” e “hediondas”. Segundo a *Gazeta*, “fato e fato incontestável é que a nossa opulenta capital oferece, particularmente no seu centro, um aspecto repugnante e hediondo, que não condiz com as nossas pretensões de povo civilizado”.

As referências estrangeiras são amplamente utilizadas, tanto na *Gazeta de Notícias* quanto no *JB*, o autor se vale da experiência de outros países para justificar a necessidade de transformação. Berlim, Viena e Paris são novamente citadas como modelos de cidades civilizadas. Esta última um caso especial, pois o autor aconselhou Barata Ribeiro a se espelhar nos atos de Haussmann – “célebre prefeito do Sena” – para modificar a cidade.

Além disso, a *Gazeta* alerta sobre o perigo de haver mais demora em iniciarem-se as obras, “porque cada dia se estão levantando novas construções custosas em ruas estreitas e forçosamente condenadas; a demora portanto acarretará indenizações cada vez mais onerosas para a municipalidade, e isto é preciso evitar”. Ou seja, o autor lança uma frontal investida contra os princípios liberais vigentes durante o Império, que durante sua permanência enquanto sistema de governo garantiu maiores direitos à propriedade privada. Desta forma ele defende uma maior intervenção do Estado Republicano no que concerne ao espaço particular dentro da urbe do Distrito Federal.

Quanto ao problema sobre a fonte de onde será extraída a renda necessária para execução das obras, o jornalista da *Gazeta* crê que pela importância da cidade não faltarão recursos. Porém, se acaso as somas forem insuficientes, ele aponta que “não há mal algum que ela saque um pouco sobre o futuro”. Nesta questão, o exterior é novamente lembrado como exemplo a ser seguido, pois “responderemos aos tíbios, que Haussmann em Paris

²⁴ *Gazeta de Notícias*. Ano XIX, 18/01/1893, FBN, CPR-SPR61.

também encontrou a mesma objeção, e todavia ele venceu, e a França de hoje rende homenagens ao célebre prefeito do Sena”²⁵.

Seguindo em nossa análise, resta-nos avaliar a atuação do *Jornal do Commercio*, que tinha como característica marcante a sua manifestação de apoio ao governo. Contudo, ao contrário dos outros dois jornais analisados anteriormente, o *Jornal do Commercio* não criou colunas ou séries de reportagens voltadas para os temas explicitados acima: salubridade pública, remodelação e o papel a ser exercido pela administração municipal. Ou seja, não criou meios para publicar suas opiniões de forma sistemática. Mas, isso não quer dizer que não tenha tornado públicas suas idéias sobre o assunto.

No dia 25 de janeiro de 1893, saiu à circulação sua matéria intitulada “*salubridade pública*”, que ocupou a metade da coluna do canto direito. Nesta, o *Jornal do Commercio*, falando em nome de toda a imprensa, e utilizando praticamente os mesmos argumentos do *Jornal do Brasil* e da *Gazeta de Notícias*, deixou bem claro seu posicionamento político frente às ações desempenhadas pelo governo.

“A imprensa não põe dúvida que no centro da capital existam grandes focos de infecção; nunca se opôs a medidas, por mais enérgicas que fossem, tendentes a eliminá-las a bem da saúde pública. Pelo contrário, tem sido sempre solícita em chamar a atenção dos poderes competentes para este ponto e dando-lhes todo o apoio que careçam para cabal desempenho de suas tarefas. (...) E nesse empenho encontra a imprensa sempre do seu lado, pronta a apoiá-lo, desde que não saia da trilha traçada pelas leis, que tudo devem prever”²⁶.

Dessa forma, o *Jornal do Commercio*, se posicionando como um ‘porta-voz’ de toda a imprensa, expôs seu posicionamento e dos demais jornais em apoiarem as ações governamentais “por mais enérgicas que fossem”, conquanto não extrapolem os limites da lei. Nesta guerra, os jornais aqui analisados haviam escolhido o seu lado. Foi o lado do governo.

Enquanto os governantes elaboravam meios para lhes proporcionarem possibilidades de ações mais enérgicas, a imprensa da época, transmissora de uma opinião que encarnava o papel de visão legítima e, que funcionou como elemento de arregimentação

²⁵ *Gazeta de Notícias*. Ano XIX, 18/01/1893, FBN, CPR-SPR61.

²⁶ *Jornal do Commercio*, 25/02/1893, CPR-SPR0001 – FBN.

de opinião pública, reivindicou ações imediatas para modificações do ambiente urbano. De forma geral, os jornais analisados leram a cidade como possuidora de uma arquitetura não compatível com a “cidade desejo” da República, onde quase sempre lançavam mão do arsenal ideológico dos higienistas como base para suas argumentações, vislumbrando cidades – bem como seus administradores - do exterior, principalmente Paris, como exemplos de cidade ideal.

O Cabeça de Porco, maior cortiço, possuidor de todos os vícios veementemente combatidos, antítese da forma de morar baseada na higiene e na disciplina, constituiu-se marcadamente como um símbolo do que deveria ser eliminado e modificado. Exemplo concreto do contra-senso que existia entre a *cidade real* e a *cidade desejada* pelos jornais e homens do governo.

Numa primeira leitura das fontes, temos a impressão de que a ação do governo estava sendo executada pelo bem da salubridade coletiva, afinal, não foram poucas as vezes em que o cortiço foi denominado de “foco de infecção”, cujas super habitadas “casinhas sem ar nem luz” exalavam “miasmas mortíferos”. Afinal, foi a própria Inspeção de Higiene a responsável pelo aval da demolição do cortiço.

Porém, como quase tudo na História, esta idéia deve ser relativizada. As intenções pela demolição iam muito além da vontade ‘puramente técnica’ de sanear a cidade, pois Barata Ribeiro era um professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cuja tese de doutoramento intitulava-se “*Quais as medidas necessárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro*”, onde concluía que o único destino a ser dado aos cortiços era a demolição, devemos voltar nossas atenções para o fato de que os jornais deixaram transparecer os ganhos políticos que seriam obtidos com a vitória sobre o Cabeça de Porco.

Podemos perceber, mesmo considerando que seja característica marcante do campo jornalístico se constituir como um lugar de relações de força, que os três jornais foram unânimes quanto às razões pelas quais pediram ações por parte do governo, pois os três se mostraram diante de uma cidade insalubre e deficiente em atender as demandas geradas pela República. Além dessas exigências, tanto o *JB* quanto a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, que de acordo com as conclusões de Werneck Sodré eram marcadamente

diferentes em suas linhas editoriais, buscaram, de maneira bastante parecida, sensibilizar seus leitores quanto as necessidades de se empreender tais transformações no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Se quanto às razões sobre as transformações no espaço urbano, houve, de certa forma, unanimidade entre os jornalistas, o mesmo não pode ser afirmado quando se trata das opiniões destes sobre a força do governo. Por exemplo, no dia 26 de janeiro de 1893, poucas horas antes de se executar a demolição do célebre cortiço, o *Jornal do Brasil* publicou nota sobre o assunto. Nesta, o autor punha em xeque a realização das intenções do prefeito, pois

“não [crê] na vitalidade das administrações que pretendem esmagar esta cabeça de porco, mais forte, mais escarvinha que a cabeça da serpente. Mais uma vez o governo, eterno, representado nos seus representantes efêmeros, pretendeu decepar esta cabeça suinamente escandalosa. Mal formulava o desejo, sucumbia, em ânsias mortais o representante da autoridade (...) esta é a cabeça que nem a República pode decepar [grifos meus]”²⁷.

Suas suspeitas da incapacidade de atuação do governo frente à força do Cabeça de Porco não eram infundadas. Pois não foram poucas as tentativas dos governos em demolir o cortiço. Todas sem êxito. Por outro lado, o *Jornal do Commercio*, devotando seu apoio ao governo republicano do Distrito Federal, no dia 26 de janeiro de 1893 noticiou que “não podemos deixar de reconhecer a atividade que tem desenvolvido o Dr. Barata Ribeiro no empenho de melhorar esta cidade; mas S. Ex. não se deve arreceiar da imprensa como obstáculo desse *desideratum*”²⁸.

Mesmo com esta discrepância quanto a confiança na competência do governo, podemos verificar a ocorrência de mais uma unanimidade na opinião dos três jornais analisados, e esta era a idéia que talvez buscavam passar aos seus leitores. Segundo eles, o cortiço gracejava com a ordem pública, não levava a sério os interesses da coletividade. Isto lhe conferia o caráter de ser prejudicial a todos, levando a crer que sua extinção fosse imprescindível, pois várias foram as vezes que ele “zombou da administração pública (...)”²⁹.

²⁷ *Jornal do Brasil*. 26/01/1893. CPRSPR9 - FBN.

²⁸ *Jornal do Commercio*, 25/01/1893, CPR-SPR0001 – FBN.

²⁹ *Gazeta de Notícias* Ano XIX, 27/01/1893, CPR-SPR61- FBN.

Os jornais, mesmo o JB, apresentaram a seguinte dicotomia: de um lado a entidade que para eles representava o público, o bem da coletividade, ou seja, o governo, que buscava meios de agir sobre o mal, os “proprietários e moradores do cortiço ‘Cabeça de Porco’ [que] zombarão agora, como até então tinham zombado antes”³⁰.

O cortiço agia de forma danosa contra o bem público, pois “sobre a ruína de muitos governos mortos a Cabeça de Porco sinistramente ria, afirmando na sua gargalhada inalterável a durabilidade do seu prestígio e a existência efêmera dos que tentavam destruí-la.”³¹. Passando a idéia de ser “inacessível às influências externas”³².

Podemos assim, estabelecer uma possível chave de leitura de existir no discurso dos jornais um outro argumento para além da salubridade pública. Os mesmos jornais que opinavam por uma administração apolítica, ou melhor, que exigiam uma maneira de administrar a cidade calcada no empirismo, na ordem prática – como se fosse possível –, que deveriam deixar os fatores políticos e históricos de lado, apelaram para o estabelecimento de uma argumentação com raízes fundadas nos planos político e das idéias. A utilização da alegoria do deboche do Cabeça de Porco frente à administração pública, antes do mais nada, representou uma ameaça à legitimidade ao exercício do poder. O que causaria instabilidade aos grupos que estavam à frente da administração do governo, pois o cortiço “tem zombado da polícia, da municipalidade e dos ministros dos negócios interiores”³³.

Esta contradição pode ser visualizada no fato de que “ministro que visitava o Cabeça de Porco era demitido poucos dias depois da sua visita”³⁴. Ou seja, a permanência do Cabeça de Porco representava o enfraquecimento, ou a queda, de quem estava no comando das ordens do Estado, desta form, o governante que conseguisse derrotá-lo iria angariar com esta ação um excelente capital político. E, como veremos adiante, a imprensa rendeu à Barata Ribeiro os louros da vitória sobre o Cabeça de Porco.

Não foram economizadas alegorias para adjetivar os atos que se seguiram, invariavelmente apelando para a dicotomia entre o bem e o mal. O *Jornal do Brasil*

³⁰ *Jornal do Commercio*, 27/02/1893, CPR-SPR0001 – FBN.

³¹ *Jornal do Brasil*. 26/01/1893. CPRSPR9 - FBN.

³² *Jornal do Brasil*. 26/01/1893. CPRSPR9 - FBN.

³³ *Jornal do Brasil*. 26/01/1893. CPRSPR9 - FBN.

³⁴ *Jornal do Brasil*. 26/01/1893. CPRSPR9 - FBN.

demonstra o desafio enfrentado pelas autoridades que “pretendem esmagar esta cabeça de porco mais forte e mais escarninha que a cabeça da serpente. (...) o prefeito prometeu fulminar esta cabeça de Medusa”³⁵. Assim, de acordo com Sidney Chalhoub:

“em geral, as notícias sobre o episódio louvavam a decisão e a coragem do prefeito com alusões à mitologia greco-romana. Em estilo gongórico, bastante comum na imprensa do período, a *Gazeta* transfigurava o prefeito em Perseu, e o Cabeça de Porco em Cabeça de Medusa: assim, ficamos informados que a ação de Barata foi tão corajosa quanto a do filho de Júpiter, que viajou até as proximidades do inferno para dar cabo de um monstro de cabeça enorme e cabeleira de serpentes, temido pelo próprios imortais. Já no *Jornal do Brasil*, havia receio de que a estalagem fosse como “uma hidra igual à dos que nos fala a mitologia”. A hidra era uma serpente de múltiplas cabeças, cujo o hálito venenoso matava a todos os que dela se aproximavam. Se cortadas, estas cabeças tinham a propriedade de renascer. Ou seja, o *Jornal do Brasil* parecia temer que o Cabeça de Porco pudesse ressurgir. Na mitologia, a derrota da hidra foi um dos trabalhos de Hércules. A moral da história do JB é que o Barata Ribeiro, homem pequeno e magricela, devia ser um Hércules dos ‘novos tempos’, e sua missão era purificar a cidade, livrando-a definitivamente daquele mundo de imundície”³⁶.

Os jornais buscaram apresentar o fato, a demolição, como uma cena de guerra. As estratégias, as descrições sobre os cenários, todo o relato dos vencedores tentava transmitir a sensação de uma batalha, que foi gloriosamente vencida pelos cidadãos que zelam pelo bem público.

O cenário é marcadamente pintado pela presença de importantes autoridades. Além da multidão que se dirigiu ao local para assistirem mais uma tentativa do governo em demolir o célebre cortiço, junto com Barata Ribeiro temos “(...) dirigindo os trabalhos os Srs. Drs. Carlos de Sampaio e Vieira Souto, auxiliados pelo capitão-tenente José Carlos de Carvalho”³⁷, além deles, temos outras autoridades que foram assistir pessoalmente a derrocada do cortiço: “os chefes de polícia Dutra e Cesário de Mello, os delegados

³⁵ *Jornal do Brasil*. 26/01/1893. CPRSPR9 - FBN.

³⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das letras, 1996, p.19.

³⁷ *Jornal do Brasil*. 27/01/1893. CPRSPR9 - FBN.

auxiliares Osório e Martiniano, ajudantes de ordens; intendente Dr. Américo de Mattos; oficiais da armada e do exército [e] engenheiros”³⁸.

Antes de dar cabo às suas intenções, Barata Ribeiro se preveniu formulando estratégias para que sua empreitada, a exemplo das administrações passadas, não se tornasse mais um fracasso.

Primeiro, era necessário enfraquecer o poder de reação reduzindo o número de habitantes no interior cortiço. O *Jornal do Commercio* dá pistas de como que o prefeito alcançou este intento: “em dezembro findo conseguiu se fechar a ala da esquerda e duas casas da direita condenadas pela Higiene, as demais foram condenadas em vistoria feita em agosto do ano passado pelos engenheiros da municipalidade que pediram sua demolição”. Para nossa sorte, a *Gazeta de Notícias* foi mais detalhista em sua descrição de como foi sendo reduzido o número de pessoas a residirem no Cabeça de Porco. Neste cortiço “habitaram cerca de 4000 pessoas. Devido as intimações das câmaras sanitárias e das Câmaras passadas, muitos moradores foram se retirando. A ala esquerda condenada pela Inspeção de Higiene estava toda fechada a cerca de um ano, e atualmente era calculado em 400 o número de habitantes”³⁹.

Ou seja, Barata Ribeiro conseguiu reduzir a quantidade de habitantes para 10% do original – obviamente os números apresentados pelas fontes não são totais exatos. Esta estratégia talvez tenha sido a chave para sua vitória, posto que seria, no mínimo, muito difícil expulsar de suas casas o impressionante, até mesmo para os padrões atuais, número de 4000 mil pessoas.

Para assegurar sua vitória, Barata Ribeiro também se valeu de outras estratégias. Além de ter possuído os dispositivos legais a seu favor, pois desde “27 de dezembro (de 1892, que) o conselho de Estado optou pela ordem de demolição” o que no âmbito judicial derrotaria qualquer reação dos donos do cortiço, o prefeito Barata Ribeiro, para ter certeza que iria demolir o cortiço sem os empecilhos que poderiam surgir dentro da Intendência Municipal, em 26 de janeiro de 1893, “baixou um decreto permitindo a si mesmo dar combate aos cortiços. No mesmo dia iniciava-se a demolição”⁴⁰. Além das precauções

³⁸ *Jornal do Commercio*, 27/02/1893, CPR-SPR0001 – FBN.

³⁹ *Gazeta de Notícias*, 27/01/1893.

⁴⁰ VAZ, Lilian Fessler. *Notas sobre o Cabeça de Porco*. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, nº 2.

legais, o prefeito havia tomado providências também quanto ao uso da força necessária para lhe assegurar o sucesso dos seus atos.

Diante da multidão que se aglomerou na frente da principal entrada da estalagem, uma força com 50 praças de infantaria da policia⁴¹ impediam a entrada e saída de qualquer pessoa no cortiço. Um piquete de cavalaria guardava as ruas transversais, enquanto o morro nos fundos do cortiço era ocupado por praças e agentes.

Fortemente cercado pela polícia, com o número de moradores absurdamente reduzido - sem levar em conta que boa parte era composta por mulheres e crianças - estando os donos completamente derrotados judicialmente, caía o célebre Cabeça de Porco. Chalhoub sintetiza magistralmente a derrota do Cabeça de Porco, pois para ele:

“A destruição do Cabeça de Porco marcou o fim de uma era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas. Nos dias que se seguiram, o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa aquela ‘sujeira’, ele havia prestado à cidade ‘serviços inolvidáveis’. Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio de Janeiro já entrava século das favelas”⁴².

Com o cortiço plenamente dominado, iniciaram-se os trabalhos. Com o auxílio de uma bomba do Corpo de Bombeiros, enviada especialmente para aplacar a grossa poeira que se resultaria da demolição, uma turma de mais de 100 trabalhadores da Intendência, junto com mais 40 homens da Empresa Melhoramentos do Brasil, começaram por destruir a ala esquerda, onde se supunha não morar mais ninguém. Porém, o que se viu foi o desespero de mulheres, crianças e homens que saíam aos prantos, carregando o que podiam, enquanto os animais, fonte de sustento para muitos, fugiam em disparada pela rua. Estas pessoas iam implorar ao prefeito mais um prazo, alegando que os proprietários não os haviam notificado.

A *Gazeta de Notícias* justifica a permanência destas pessoas, simplesmente por estarem “habituaados a ameaças de medidas nunca levadas a efeito, só deixavam seus aposentos quando estes começavam a serem destelhados. (...) Muitas destas mulheres e

Jan/abr 1986, p.33.

⁴¹ *Jornal do Commercio*, 27/01/1893

⁴² CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das

algumas crianças banhadas em lágrimas, retiravam as suas camas, cadeiras e outros objetos de uso”⁴³.

A idéia de governo forte, aplicando a lei acima de tudo, foi, neste ponto, mostrada e aplaudida pela imprensa. Pois, mesmo sob o apelo de mulheres e crianças banhadas em lágrimas, o herói da mitologia greco-romana foi levar a cabo sua missão: fazer cumprir a lei e a ordem. E, como dito acima, nos dias que se seguiram, o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa.

A *Gazeta de Notícias* terminou seu artigo sobre a demolição do Cabeça de Porco atestando que “o sr. dr. Barata Ribeiro pretende realizar no local desocupado o melhoramento proposto pelo sr. dr. Carlos Sampaio ao Ministério do Interior, prolongando a rua dr. João Ricardo por meio de um túnel até a Gamboa, e alargando ao mesmo tempo a parte mais estreita da rua dos Cajueiros”.

Esta declaração do *Gazeta de Notícias* nos abre a possibilidade de uma outra interpretação dos fatos. Além dos motivos políticos e sanitários, as motivações econômicas serviriam de incremento às suas convicções. O fator econômico já existia, principalmente pela localização do cortiço, que era visado pelos empresários do setor imobiliário. Contudo, a proposta de serem realizadas melhorias no local feita por Carlos Sampaio ao Ministério do Interior deve ser analisada com um pouco mais de atenção.

“Em pleno domínio da República, novembro de 1891, o Sr. Dr. Carlos Sampaio propôs ao Ministério do Interior prolongar a rua Dr. João Ricardo por meio de um túnel, destruindo o famigerado cortiço, levantando ali *novas habitações* com as necessárias condições de higiênicas e executando outros melhoramentos” (grifos meus).⁴⁴

A Empresa Melhoramentos do Brasil, a mesma que enviou 40 operários para auxiliarem na demolição, tinha como diretores justamente o senhores Vieira Souto e Carlos Sampaio, que foram assistir pessoalmente aos andamentos do trabalho. Esta empresa havia fechado acordo com a Intendência Municipal para realizar as tais obras de melhorias, além de ser a responsável pela abertura do túnel que cortaria o morro do Livramento até a Gamboa. Com isso, a Empresa de Melhoramentos do Brasil adquiria o direito de

letras, 1996, p. 17.

⁴³ *Gazeta de Notícias*, 27/01/1893.

⁴⁴ *Gazeta de Notícias*. Ano XIX, 27/01/1893, FBN, CPR-SPR61.

exploração de carris nas ruas adjacentes, direito de pedágio do túnel por mais trinta anos, desapropriação de prédios e terrenos, e cessão gratuitas de prédios públicos.

“Só depois de um célebre contrato feito pela Intendência com o Dr. Carlos Sampaio, para prolongamento das ruas João Ricardo e Cajueiros, com obrigação de indenizar as suplicantes e outros proprietários, contrato que deveria ser transferido ao Banco Evolucionista, e, de mandar este banco uma comissão orçar o valor das desapropriações a fazer, é que, por singular coincidência começaram os suplicantes e outros proprietários a serem incomodados. (...) conseqüentemente é ilegal e atentório ao direito de propriedade qualquer ato da Intendência no sentido da demolição dos prédios das suplicantes”⁴⁵.

Esta íntima ligação entre prefeitura e a Empresa de Melhoramentos do Brasil suscitou desconfianças e foi o pivô da última tentativa de recurso das “duas principais proprietárias, alegando irregularidade na atuação das autoridades municipais, prejudicando o interesse dos proprietários e moradores e concedendo facilidades aos concessionários”⁴⁶.

Com a queda do famoso cortiço, os jornais noticiaram as benesses deste feito, incluindo o início das obras de construção do túnel e o prolongamento da rua João Ricardo. O breve início seguiu o ritmo de muitos outros exemplos de obras do Brasil. O túnel foi aberto somente quase trinta anos após a demolição, quando o prefeito era justamente o Dr. Carlos Sampaio. A semente estava plantada, “quase trinta anos haviam se passado após a preparação do terreno com a demolição da estalagem”⁴⁷.

O objetivo deste artigo foi mostrar como a imprensa atuou em prol da demolição do Cabeça de Porco, apresentando suas opiniões de forma dicotomizada pela luta entre o bom e o mal, alegorizando o prefeito Barata Ribeiro como uma espécie de herói da mitologia greco-romana, cujo o destino traçado pelos deuses era destruir o monstro, a fonte dos males: o Cabeça de Porco.

O nosso cortiço podia até não ser um monstro, uma Górgone, porém, para os homens do seu tempo, ele simbolizava o que deveria deixar de existir. Pelo menos nas ruas do centro da Capital Federal. Somado a isso, a sua força de reação aos perigos externos

⁴⁵ VAZ, Lilian Fessler. *Notas sobre o Cabeça de Porco*. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, nº 2. Jan/abr 1986, p. 33.

⁴⁶ VAZ, Lilian Fessler. *Notas sobre o Cabeça de Porco*. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, nº 2. Jan/abr 1986, p. 33.

⁴⁷ VAZ, Lilian Fessler. *Notas sobre o Cabeça de Porco*. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, nº 2.

representava uma ameaça aos homens no poder. Ministros caíram tentando dobrá-lo, a polícia e a municipalidade eram impotentes frente à sua força de reação. Mesmo sob poderosos ataques, ele resistiu.

Os jornais apresentam como boas as intenções do governo. Com a demolição seriam realizadas importantes obras de melhorias, que iriam beneficiar a todos e tornariam a cidade mais salubre e agradável. É o que procuram deixar claro. Porém, deixam transparecer nas entrelinhas o ganho político que o prefeito vai obter com a demolição do Cabeça de Porco, o pouco caso com o destino a ser dado aos moradores, assim como os interesses econômicos dos envolvidos na reforma daquela área.

O trabalho da imprensa, constantemente apresentou as ameaças que tais construções representavam aos bons cidadãos; a demonstração de força empregada; a repercussão do heroísmo do prefeito em fazer cumprir a lei acima de tudo, servira para atestar ao Cabeça de Porco *status* de mito de origem às atuais formas de habitação popular, sobretudo no que diz respeito às favelas. Num ato de magnânima bondade, o prefeito permitiu aos moradores recolherem madeiras que sobraram sob os escombros, onde, sem demora, os moradores que não conseguiram outros locais de moradia construíram barracos na encosta que ficava no fundo do terreno, que ainda pertencia aos antigos proprietários do cortiço. Dessa forma, plantou-se um núcleo de habitação no morro que pouco mais tarde, em 1897, seria ocupado pelos soldados que retornaram de Canudos. Com a queda do célebre cortiço, o Rio de Janeiro presenciou o início da transição de uma era, “‘a semente de favela’ saiu do cortiço, deixou a cidade e subiu o morro...”⁴⁸.

Bibliografia

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, São Paulo, Fapesp, 1999.

Jan/abr 1986, p. 33.

⁴⁸ VAZ, Lilian Fessler. *Notas sobre o Cabeça de Porco*. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, nº 2. Jan/abr 1986.

- _____. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*.
- BATISTA, Marta Rossetti (org). *Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. SP: Brasiliense, 1998.
- _____. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor, 1997.
- BURKE, Peter. *Varietades de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das letras, 1996.
- _____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed., Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2001.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. Brasiliense, 1989.
- FALCON, Francisco José Calazans. *História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro, Campus, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, Record, 1990.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890)*. Brasiliense, 1989.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. IBMEC, Rio de Janeiro, 1978.
- LOPES, Antonio Herculano (org). *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Edições casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Top Books, 2000.

- PAMPLONA, Marco Antonio Villela. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro: segundo os jornais, 1870-1889*. Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- TINHORÃO, José Ramos. *A imprensa carnavalesca no Brasil*. Hedra, São Paulo, 2000.